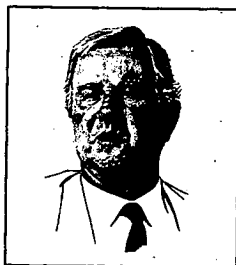


FERNANDO PEDREIRA

# Viagem a Juscelínia

ESTADO DE SÃO PAULO



**O papel do presidente é conduzir o País; é pensar, decidir, optar**

“... Hora de trabalhar, pernas pro ar, que ninguém é de ferro!” Assim falava, se não me falha a memória, o imortal Ascenso Ferreira. O presidente Fernando Henrique não é poeta e certamente não vai seguir esse talvez sábio conselho. Fernando teve, neste fim de ano, começo de ano, a festa de sua posse, em Brasília. Foi uma festa alegre, bem ordenada, digna e solene, sem excessos de entusiasmo e sem demagogia.

O único arroubo foram as mãos dadas e erguidas, dele e de Itamar, no palácio que agora é seu.

Em Brasília, nesta época do ano, chove muito. O vasto céu do planalto é o que há de mais belo, mais dramático e grandioso na cidade. Em janeiro, ele raramente se abre, embora haja com frequência uma ponta de arco-íris sobre o lago. Nuvens pesadas se juntam e passam; os aguaceiros se sucedem. Mas Brasília é a capital, e quem faz o clima, na terra, é o presidente da República.

Os mais antigos com certeza ainda se lembram da inauguração da cidade, em abril de 1960: muita poeira, os discursos, as máquinas enormes de terraplanagem rasgando o barro vermelho, o ar de faroeste, a esperança e o entusiasmo, a confusão vasta e o ardor juscelinianos; diplomatas de fraque e cartola atravessando a pé os caminhos agrestes do cerrado. Em verdade, Brasília era (continuando) Juscelino. Devia chamar-se — como Alexandria, no Egito,

mandada construir por Alexandre — Juscelínia. Seria mais justo, mais exato, mais apropriado: Juscelínia.

Nove meses depois da inauguração, em janeiro do ano seguinte, Juscelino se foi e tomou posse Jânio Quadros. Quem lá estava, como este modesto escriba, ainda se lembra. Foi como se um imenso véu de crepe caísse sobre a cidade. Brasília encheu-se de uma sombria expectativa que aos pou-

cos foi tomando conta das almas e da imaginação das gentes. O presidente novo ocupava a cena. Escrevia bilhetinhos, fazia ameaças, criava crises, espalhava comissões de inquérito (formadas por um promotor e um oficial das Forças Armadas).

Havia, certamente, esperança e entusiasmo (e susto) no País ao largo, mas em Brasília uma espécie de angústia mal definida ganhava os espíritos. Até a renúncia, em agosto. Até os três anos tumultuados do vice Jango. Até o trovão surdo e pesado dos tanques de guerra rolando pelo Eixo Monumental, numa manhã de abril de 1964. Mais uns tempos e Brasília ia tornar-se a capital burocrática, cinzenta, embrulhada em seus privilégios e mordomias, cada vez mais distante do País e do povo.

Quantos presidentes teve a cidade? Quantos marcaram seu caráter e sua sorte? Estas lembranças antigas servem para comprovar um curioso fenômeno que talvez não seja bem entendido entre

Paulistas, paranaenses ou matogrossenses: a estranha e apertada intimidade que se cria entre o poder e a cidade, entre a capital e seu presidente. Esse fenômeno, que deve ter ocorrido também no Rio durante os 150 anos em que o Rio foi capital, é levado ao paroxismo no ar rarefeito de Brasília, nas vastas avenidas de seu Plano Piloto, na capital nova onde, na verdade, não há nada (nada vezes nada) a não ser governo e seus poderes, suas intenções, seu mistério burocrático.

Como vai ser a Brasília de Fernando Henrique? O próprio presidente parece leve e desembaraçado, seguro de si e pouco disposto a se encaramujar, se encastelar na sede paulista. Além de São Paulo, que acabou sendo sua terra de adoção, ele já mandou instalar para a Presidência um palácio no Rio, nas Laranjeiras, onde promete passar talvez uma semana por mês. Pode, um país, ter duas ou três capitais federais? Pode — e há até exemplos vários disso, mesmo em países bem menores que o nosso. O Brasil — como Fernando Henrique gosta de lembrar — é um país continental, dotado, não de uma ou duas, mas de uma série numerosa de grandes cidades, grandes centros.

Brasília foi criada para alargar o Brasil, e não para encurtá-lo. Talvez nesse traço de caráter, nessa mistura de segurança e desembaraço, Fernando Henrique se pareça, afinal, com seu distante antecessor Juscelino. Ele não assumiu a condição de presidente; ele é naturalmente o presidente, sem deixar de ser o que sempre foi. E essa espécie de distanciamento, de *détachement*, entre o homem e a função permite que ele exerça seus

deveres sem se afundar neles, sem se embaralhar entre as exigências e urgências da burocracia e da política. Seu papel é conduzir o País; é pensar, decidir, optar. E para isso ele parece mais bem preparado e bem disposto do que qualquer outro.

Entre as bobagens que a Constituinte-cidadã de 1988 impôs ao País está a posse presidencial no dia 1º de janeiro, um mês e meio antes que se instaure o novo Congresso, eleito em outubro. Cria-se, assim, esta espécie de interregno, este meio vácuo em que velhos congressistas tentam tirar lascas da nova administração. Mas os poderes do próprio Executivo são, no Brasil, bastante vastos, e isso permite ao presidente, ainda que sem Congresso, ir fazendo o que precisa fazer e tem de ser feito.

O que se pode esperar, agora, é que o Congresso novo tome juízo; seja mais ativo e responsável do que este que está acabando e nem sequer encontrou tempo e ânimo para votar até mesmo a medida provisória que instituiu o real, há seis meses. O que se pode esperar é que a própria cidade, a própria Brasília de Fernando Henrique seja, de certo modo, outra: mais eficiente, mais ligada ao País, menos presa nas malhas da corrupção e do clientelismo. Mais limpa, enfim.

Talvez tenha sido precisamente isso, o começo deste clima novo, que se tenha podido sentir nessas festas de ainda agora, na posse de ministros e dignitários; nessas dois presidentes, o que saiu e o que chegou, unidos num mesmo sentimento, numa mesma determinação, que são as do País inteiro. Esperamos que dure.